

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Bahia na última sucessão presidencial da I República (1929-30)¹

Jonas Brito²

Meu foco nesse texto será o trabalho eleitoral ocorrido na Bahia, mais especificamente em Salvador, durante a última campanha presidencial da I República. Parto da crítica a duas perspectivas historiográficas: uma especificamente sobre a Bahia, que interpreta a trajetória do estado na I República como marcada por atraso econômico e decadência política, o que explicaria certa alienação do estado em relação aos acontecimentos políticos de 1930;³ a segunda perspectiva historiográfica com a qual discordo é a que apresenta a I República como um regime cuja experiência eleitoral resumira-se a fraudes e compressões. Essas duas perspectivas têm sofrido críticas nos últimos anos, a partir do trabalho de historiadoras e historiadores.⁴ Mostrarei, portanto, que a Bahia integrou-se plenamente na agitação política do período, que demonstrou uma clara preocupação, não só da oposição, como do governo brasileiro, em legitimar as candidaturas presidenciais mediante o sufrágio nas urnas.

No último processo sucessório da I República, São Paulo e Bahia uniram-se em torno das candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares para presidente e vice-presidente da República, reunindo o apoio do Catete e da maioria dos estados brasileiros. Júlio Prestes era governador de São Paulo e Vital Soares da Bahia. Contra essa chapa, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul reuniram-se em torno das candidaturas de Getúlio Vargas (governador gaúcho) e João Pessoa (governador paraibano).

¹ Pesquisa financiada pela Fapesp: Bolsa de Doutorado, processo nº 2017/08502-6. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

² Doutorando Unicamp.

³ SAMPAIO, C. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Edufba, 1998. Para uma crítica dessa tese da decadência da Bahia: NEGRO, A. L.; BRITO, J. “Mãe parálitica no teatro das oligarquias?” *Varia História*, vol. 29, nº 51, set-dez 2013.

⁴ Para uma crítica dessa interpretação sobre a I República: RICCI, P.; ZULINI, J. *Nem só à base de cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na primeira república*. In ALENCAR, J.; VISCARDI, C. (org.). *A República Revisitada: construção e consolidação do Projeto Republicano Brasileiro*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A mobilização eleitoral em prol da chapa oficial começou em agosto de 1929, com a organização de dois comitês de propaganda e alistamento do situacionista Partido Republicano da Bahia (PRB). Um dos comitês ficaria encarregado do trabalho eleitoral na Bahia em geral e o outro em Salvador. Eles foram integrados por integrantes da executiva da agremiação partidária, deputados federais diretores da Associação Comercial e da Faculdade de Direito. Portanto, existiu o esforço de engajar o partido e lideranças sociais na campanha em prol das candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares.⁵

O financiamento da campanha eleitoral foi realizado, ao menos em parte, com recursos do tesouro estadual. Uma carta de um secretário de Vital Soares a um deputado estadual referiu-se ao emprego de trezentos contos de réis com material publicitário. O governador abriu um crédito especial de mais cem contos de réis, a pedido do secretário. Este explicou que a campanha presidencial exigia possuir recursos financeiros para os gastos com a propaganda eleitoral. A Bahia foi o segundo estado que mais recebeu dinheiro do governo federal para o trabalho eleitoral. O primeiro foi São Paulo, mas a diferença entre os dois estados não foi grande.⁶

O processo sucessório de 1929-30 caracterizou-se por uma corrida eleitoral entre os estados brasileiros. Os estados procuraram aumentar o seu contingente eleitoral para garantir a vitória nas urnas dos seus candidatos. Em julho, a capital e o interior da Bahia tinham aderido a esse esforço, com a abertura de escritórios de alistamento e a realização de propaganda eleitoral. Existia realmente a percepção de que era preciso fazer os eleitores se interessarem pelo pleito. Portanto, embora a Aliança Liberal acusasse o presidente da República de impor a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares, os estados que apoiaram os candidatos oficiais fizeram um esforço de consagrá-los nas urnas.⁷

Durante a campanha eleitoral, foram criados outros comitês eleitorais, além dos organizados pelo PRB.⁸ O que mais recebeu atenção dos jornais foi o Comitê de Imprensa, organizados pelos principais diários soteropolitanos. Essa entidade dedicou-se sobretudo a excursões eleitorais às diferentes zonas da Bahia, abrindo ainda um escritório de qualificação

⁵ *A Tarde*, 20/8/1929.

⁶ Carta de Guilherme Marback a Pedro Calmon, 12/10/1929. Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. PC 3347.

⁷ *A Tarde*, 23/8/1929.

⁸ *A Tarde*, 17/9/1929.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em Salvador.⁹ Seus integrantes articularam-se com os jornais do interior, pedindo-lhes engajamento no esforço para eleger os governadores paulista e baiano. Igualmente, cogitaram estabelecer parceria com associações sindicais dos trabalhadores das estradas de ferro e portos da Bahia.¹⁰

Quando terminou o prazo para o alistamento de eleitores, o Comitê de Imprensa orgulhar-se-ia de ter qualificado cerca de quatrocentos eleitores. Para os padrões posteriores ao Estado Novo, esse número mostra a campanha eleitoral de 1929-30 não rompeu os obstáculos legais ao alistamento eleitoral, bastante marcantes na I República.¹¹ Mesmo assim, esse trabalho eleitoral foi grande e chegou a ocasionar desentendimentos entre lideranças partidárias e autoridades judiciais. Em muitos casos, as primeiras, no afã de produzir eleitores, foram frustradas pelas segundas, sobretudo no que dizia respeito à documentação exigida para que o cidadão fosse apto a depositar seu sufrágio na urna.¹²

Existiu, portanto, um grande esforço das lideranças governistas para legitimar a chapa Júlio Prestes e Vital Soares nas urnas, em termos de propaganda impressa e oral. Esse esforço também incluiu a intensificação do registro eleitoral. Encontrei indícios de que, nos cálculos do Catete e seus aliados, a Bahia deveria neutralizar o Rio Grande do Sul, em termos do número de eleitores.¹³ Portanto, o estado possuía um papel importante na estratégia de Washington Luís para eleger Júlio Prestes como seu sucessor, mantendo a Presidência da República sob controle de São Paulo. Ao contrário do que supõem alguns historiadores, a Bahia não se mostrou indiferente à campanha presidencial.

O trabalho eleitoral ocorrido na capital e interior baianos não era uma exceção, pois se repetiu nos estados que apoiaram a chapa Júlio Prestes-Vital Soares. Esse dado nos obriga a questionar teses clássicas sobre a I República, sobretudo as que entendem seu processo eleitoral exclusivamente pelo prisma das fraudes e compressões. Estudos recentes têm procurado mostrar, entre outras coisas, que era o controle sobre a burocracia municipal encarregada de organizar o alistamento, eleições e apurações a principal estratégias das

⁹ *A Tarde*, 27/02/1929.

¹⁰ *A Tarde*, 16 e 19/9/1929.

¹¹ Sobre a participação eleitoral nos pleitos da I República e anos 40, conferir: NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 46 e 88.

¹² Carta de Polybio Mendes a Vital Soares, 9/9/1929. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Arquivo Wanderley Pinho (AWP). Coleção Vanderlei Pinho. DL 1493.006.

¹³ Discurso sem assinatura nem data. CPDOC/FGV. AT pi S. Ass.1929.00.00. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso: 11/4/2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lideranças políticas para controlar os resultados eleitorais.¹⁴ Entretanto, o que o texto mostrou também que a própria disputa entre os estados em torno da Presidência que estimulou o trabalho eleitoral.

Bibliografia

SAMPAIO, C. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Edufba, 1998.

RICCI, P.; ZULINI, J. *Nem só à base de cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na primeira república*. In ALENCAR, J.; VISCARDI, C. (org.). *A República Revisitada: construção e consolidação do Projeto Republicano Brasileiro*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016.

RICCI, Paolo e ZULINI, Jaqueline. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados*. Vol. 57, nº 2, 2014.

¹⁴ RICCI, Paolo e ZULINI, Jaqueline. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados*. Vol. 57, nº 2, 2014.